

## Auxílio Brasil: Duvidas sobre o financiamento do novo programa social

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

É em meio a incertezas sobre seu sucessor que o Bolsa Família, depois de 18 anos, chega ao fim. Ao menos por enquanto. O programa sai de cena revogado pela Medida Provisória 1.061, publicada no dia 10 de agosto deste ano. A MP, que cria o Auxílio Brasil, determinou que, 90 dias após a sua publicação, seria revogada a lei de 2004 que estabeleceu o Bolsa Família. Para os beneficiários – que receberam a última parcela do bolsa ainda em outubro –, ficam as incertezas sobre o novo programa, cujos pagamentos estão previstos para começar este mês, mas que ainda sofrem com indefinições sobre valores e fonte dos recursos. O Ministério da Cidadania reafirmou em nota na sexta-feira (5) que os pagamentos do Auxílio Brasil terão início no dia 17 e seguirão o calendário habitual do Bolsa Família. “A operacionalização do Auxílio Brasil será regulamentada por meio de decreto a ser publicado nos próximos dias”, acrescentou. De acordo com a pasta, o valor médio do benefício para quem já recebe o Bolsa Família será corrigido em 17,84% já em novembro, com orçamento próprio do ministério. O valor final do Auxílio Brasil permanente, no entanto, ainda não foi anunciado formalmente e o pagamento de no mínimo R\$ 400 agora virou promessa para dezembro e continua dependendo da aprovação da PEC dos Precatórios. Dúvidas sobre o financiamento do novo programa Os recursos para os pagamentos, porém, não estão garantidos. Técnicos especialistas em Orçamento alertam que, para pagar o benefício já em novembro, é necessário que o Congresso aprove um projeto de lei enviado pelo governo que transfere R\$ 9,3 bilhões do orçamento do Bolsa Família para o orçamento do novo programa. De acordo com os técnicos legislativos, a aprovação do projeto é uma formalidade necessária para o governo poder usar o dinheiro do programa antigo na versão nova. Saiba o que muda do Bolsa Família para o Auxílio Brasil “Em dezembro, após a aprovação da PEC dos precatórios, o governo federal pagará um complemento que garantirá a cada família, até dezembro de 2022, o recebimento de pelo menos R\$ 400 mensais. Quem já está na folha de pagamento de novembro do Auxílio Brasil receberá o novo valor de forma retroativa”, informou a Cidadania. Para arrumar espaço no teto de gastos para o benefício permanente do Auxílio Brasil, a área econômica diz contar com mudanças nas regras dos precatórios (dívidas da União já reconhecidas pela Justiça), considerados gastos obrigatórios. Mas analistas têm indicado que seria possível incrementar o programa sem estourar o limite para despesas, utilizando, por exemplo, recursos destinados às emendas parlamentares. O que acontece agora Correndo contra o tempo, o governo tem alternativas caso o Auxílio Brasil não possa ser pago ainda este mês. Uma delas é uma nova prorrogação do Auxílio Emergencial – que também pagou sua última parcela em outubro. Já o Bolsa Família pode ser ‘ressuscitado’: uma nova medida provisória pode ser editada para modificar o prazo de revogação do programa. Outra possibilidade seria de que o Congresso, durante a tramitação da MP, suprima o trecho que revoga o programa. Mas, pelo menos por enquanto, é o fim. Ao longo da última semana, as dúvidas sobre o fim do Bolsa Família e as regras do novo programa social do governo provocaram filas nos postos do C adastro Único em cidades de todo o país Veja no vídeo abaixo: Dúvidas sobre novo Bolsa Família levam centenas de pessoas a passar a noite em fila O Ministério da Cidadania afirma que o Auxílio Brasil irá contemplar automaticamente as pessoas já cadastradas no Bolsa Família e que “não há necessidade de recadastramento”. “Neste mês, serão beneficiadas cerca de 14,6 milhões de famílias. Em dezembro, o número de famílias atendidas passará para 17 milhões, o que corresponde a todo o público já habilitado e outras famílias que atenderem aos critérios de elegibilidade do programa, zerando a fila de espera”, informou. Histórico do Bolsa Família O Bolsa Família foi criado em 2003, pelo então presidente Lula. Mas sua base veio de antes: o programa veio a partir da unificação de uma série de benefícios já existentes. Lá atrás, o valor pago era de R\$ 50 por família em extrema pobreza, com um acréscimo de até R\$ 45 dependendo da composição familiar. Com um custo considerado baixo, o Bolsa Família

conseguiu em seus 18 anos de história reduzir a pobreza, diminuir a mortalidade infantil, e melhorar indicadores de insegurança alimentar entre os mais pobres. “Com um gasto muito pequeno, que não chegava a meio por cento do PIB, ele conseguiu romper o círculo vicioso da pobreza”, lembra Sandra Brandão, economista da fundação Seade. “Ninguém imaginava que um programa com um custo tão baixo, aplicado do país inteiro por um volume tão grande de pessoas, pudesse dar tão certo”. Os gastos públicos com o Bolsa Família aumentaram sistematicamente entre 2004 e 2013 — quando atingiu o pico de R\$ 38,4 bilhões, segundo os dados oficiais. No primeiro ano da gestão Bolsonaro, em 2019, somou R\$ 33,5 bilhões e, no ano passado, caiu para R\$ 10,1 bilhões — pois a população carente recebeu parte do benefício por meio do auxílio emergencial. Um estudo do Ipea divulgado em 2019 apontou que, em 2017, as transferências do programa retiraram 3,4 milhões de pessoas da pobreza extrema e outras 3,2 milhões da pobreza. E, de 2001 a 2015, o programa respondeu por uma redução de 10% da desigualdade no país. O mesmo Ipea também mostrou que cada real investido no programa geram R\$ 1,8 no PIB, criando um efeito benéfico ao crescimento do país. A economista Sandra Brandão, da Fundação Seada, aponta ainda que houve efeitos positivos sobre a saúde e a educação, com queda de 58% na mortalidade infantil, aumento da frequência escolar e — graças à melhoria na alimentação — na altura das crianças. Um relatório publicado pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Economia, já em 2020, apontou que “o programa conseguiu com sucesso reduzir a pobreza no Brasil de modo significativo”. Armando Castelar: Brasil não precisa romper teto de gastos para viabilizar Auxílio Brasil Defasagem e reajuste do benefício aos mais pobres Nos últimos anos, no entanto, o benefício vem sofrendo forte defasagem. O último reajuste foi ainda em 2017, e a inflação corroeu boa parte do poder de compra desde então. Segundo o economista da FGV Marcelo Neri, o Bolsa Família precisaria hoje de um reajuste de 32,2% apenas para recuperar as perdas desde 2014 — mais do que os 20% anunciados para o Auxílio Brasil. “Ele vem sendo desidratado já há alguns anos”, lembra Neri. Sandra Brandão aponta que, diante dessa perda, “é absolutamente necessário reajustar” o valor do benefício — seja com o nome que for —, ainda mais diante de uma inflação em alta. “Se a gente usasse o parâmetro do Banco Mundial significaria algo da ordem um benefício de R\$ 300 o benefício individual”, aponta. As críticas sobre o novo programa vêm não em relação ao reajuste, mas à forma como ele está sendo operacionalizado, com o estouro intempestivo do teto de gastos para financiar um programa social em ano eleitoral, e sem uma garantia de recursos para além de 2022.

